



Apresentação

O universo rural brasileiro é o tema central deste dossiê. A produção acadêmica nas últimas décadas, impulsionada pela ampliação dos programas de pós-graduação, estimulou novas análises, que reavaliaram o papel do campesinato e/ou dos livres pobres, libertos e escravizados na formação social brasileira. Assim, ao fazermos o convite para historiadores e historiadoras contribuírem com suas reflexões sobre o tema, buscamos reunir estudos sobre aspectos relevantes do universo rural, no que fomos atendidos por nossos pares.

A edição que apresentamos ao público inicia com o artigo de Pedro Parga sobre a questão historiográfica acerca da Lei de Terras de 1850. Com um minucioso estudo sobre a produção acadêmica a esse respeito, desde as mais tradicionais, com enfoque fontes jurídicas, passando pelas reflexões sobre a questão econômica, relações de classe e trabalho, até as lutas de diferentes sujeitos sociais, as diferentes noções de capitalismo, Estado, Direito, foram analisadas no artigo.

O artigo de Alexandre Bonfim analisou a formação da posse e da propriedade da terra no termo da vila de Santana do Camisão, atual cidade de Ipirá–BA, entre os séculos XVII e XIX. Bonfim apresenta os conflitos entre o processo colonizador e comunidades indígenas e quilombolas, além de problematizar as narrativas de escritores locais acerca do início da povoação, desconstruindo o cenário idílico do “Homem do Camisão”. O texto apresenta o processo de apropriação fundiária permeado por conflitos e levanta a questão da necessidade de aprofundar os estudos incluindo a questão étnico-racial.

O terceiro artigo do dossiê, de autoria de Álvaro Ferreira, aborda a história do Centro Agrícola de Vargem Alegre, no final do século XIX, no Estado do Rio de Janeiro. A tentativa de modernização do Estado fluminense na primeira década republicana, a

partir da criação de centros agrícolas que funcionariam como complexos de pesquisa e de educação, não atingiram os objetivos pretendidos por seus idealizadores. Ferreira analisa que as políticas agrícolas propostas não conseguiram hegemonia paulista nos primeiros anos da República Velha e não questionavam a estrutura de concentração fundiária.

Em seguida, o artigo de Francivaldo Nunes e Mickael Menezes discute os litígios, formas de apossamento e ocupação de terras e de direitos de propriedade no Pará no século XIX. Nunes e Menezes investigaram como o direito atuou como operador simbólico da ordem agrária, ao mesmo tempo, em que se tornou espaço de disputa e resistência por parte de sujeitos historicamente subalternizados, por exemplo, das mulheres posseiras. Concluíram que as diferentes estratégias dos pequenos proprietários, das mulheres e dos lavradores, fornecem evidências da formação de uma cultura jurídica popular que tensionava o monopólio do Estado sobre o discurso da legalidade.

O quinto artigo do dossiê, de José Walber Oliveira, apresenta o estado da arte sobre o registro do sítio arqueológico de pinturas rupestres localizado na comunidade de Cachoeirinha dos Poncianos, na cidade de Conceição—PB. Esse município abriga dezenas de comunidades rurais distribuídas por sua extensão territorial, desempenhando papel fundamental na composição social e cultural da região. Oliveira aponta a necessidade da análise historiográfica sobre o tema, não devendo ser exclusiva da Arqueologia, mas em diálogo com a mesma. Desse modo, procura inserir no debate histórico, a presença dos povos nativos nos sertões paraibanos.

O dossiê conta com a entrevista realizada com o Professor Fábio Tadeu de Melo Pessoa, da Universidade Federal do Pará. O professor Fábio Pessoa foi entrevistado por Carmen Fontes e Francivaldo Nunes, com uma importante reflexão sobre o processo de luta pela terra e pelos direitos sociais ao longo do século XX. Foram discutidos o papel do movimento camponês e suas relações com a Igreja Católica, os conflitos no campo, as relações com o Estado brasileiro e suas instituições e a importância de uma educação popular no campo.

Essa edição de Sertão História conta ainda com quatro artigos de diferentes temas no campo da História, que convidamos o público leitor a apreciar. Victoria Barros e Israel Ozanam discutem o personagem Rocambole no noticiário no Rio de Janeiro do final do século XIX, onde analisam o entrelaçamento entre fato e ficção, especialmente por meio da análise de seu papel na construção textual da notícia, buscando contribuir para a discussão da relação entre história e literatura.

Pedro Nascimento e Patrício Araújo analisam o processo histórico de interiorização do movimento abolicionista, na Província do Ceará, entre 1880 e 1884. O artigo faz um mapeamento dos grupos, clubes e sociedades abolicionistas do litoral leste do Ceará, além de debater as razões da centralidade da historiografia sobre a abolição nas espacialidades da capital e da região do Maciço de Baturité.

A historiadora Ravenna Cardoso discute a representação sobre mulheres prostitutas produzidas pela imprensa católica da cidade do Crato–CE. Além disso, é analisado o discurso médico-jurista dos preceitos da escola positiva, mais precisamente das ideias Lombrosianas. O controle dos corpos femininos, o discurso moralista, tornaram-se fios condutores dos órgãos de imprensa analisados, disseminando narrativas e pânico moral acerca das prostitutas.

O artigo de Ikaro Grangeiro e Daniel Correia analisa a atuação do poder público em Fortaleza–CE, na segunda metade do século XIX, sobre a questão da limpeza de ruas e praças e do processo de aformoseamento urbano. Os autores apresentam como o discurso oficial culpabilizava a população pobre pelas condições sanitárias, ao tempo em que se buscava justificar a omissão do poder municipal em destinar recursos ao saneamento urbano.

Esperamos que a leitura da presente edição contribua para a historiografia sobre o universo rural, abrindo novas janelas de investigação em vários quinhões do país. Ótima leitura para todos.

Márcia Maria Menendes Motta (UFF)
Darlan de Oliveira Reis Junior (Urca)
Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi (UFC)